

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Diante da necessidade de regulamentação das atividades de planejamento, execução e gestão das contratações públicas promovidas pela Prefeitura Municipal de Caruaru, com vistas à concretização dos atributos finalísticos da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – eficiência, eficácia, efetividade, celeridade e economicidade –, foi publicado o Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024, o qual regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que concerne à Fase Preparatória das contratações no âmbito da Administração Pública local.

1.2 Nos termos do referido decreto e da legislação federal, a etapa de planejamento assume caráter estruturante, por constituir o alicerce das decisões administrativas relativas às contratações. Tal fase compreende o diagnóstico situacional, a análise de viabilidade das alternativas existentes e a definição da solução que melhor atenda ao interesse público, promovendo a racionalização dos gastos, o aprimoramento da logística pública e o fortalecimento da governança contratual.

1.3 E considerando que as aquisições governamentais exercem impacto direto sobre a economia local, o desenvolvimento social e a eficiência institucional, é imperativo que tais ações estejam lastreadas em estudos técnicos preliminares consistentes, que permitam não apenas identificar a necessidade administrativa, mas também avaliar criticamente os modelos disponíveis no mercado e justificar, de modo transparente e fundamentado, a escolha da solução mais vantajosa para a Administração.

1.4. Nesse contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), instrumento inaugural da fase de planejamento, visa demonstrar a viabilidade técnica e econômica da futura **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E MATERIAIS ESPORTIVOS destinados à execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM)**. Tratando-se assim de uma política pública orientada à promoção do desenvolvimento motor de crianças de 0 a 6 anos, mediante atividades psicomotoras físicas devidamente adaptadas à faixa etária, a serem implementadas no âmbito da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE, em conformidade com o Convênio nº 01/2025, celebrado junto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru.

1.5. O presente estudo objetiva, pois, identificar com precisão a demanda pública a ser atendida, avaliar criticamente as soluções exequíveis e apontar, com transparência e fundamento, a proposta mais vantajosa, servindo ainda como substrato técnico para a posterior elaboração do Termo de Referência, nos moldes do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, cuja estrutura orienta, sempre que possível, a forma e a sequência de exposição dos elementos aqui contidos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. A Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, no exercício de sua função institucional de garantir o acesso à educação básica com qualidade, equidade e respeito às singularidades do público infantojuvenil, reconheceu a necessidade premente de fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento integral de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

2.2. Tal reconhecimento deu ensejo à formalização do **Convênio nº 009/2025**, firmado com o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru – COMDICA**, gestor do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUNDECA), com base no Decreto Municipal nº 11.531/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina os repasses de recursos públicos para execução de políticas voltadas à infância.

2.3. O convênio tem por objeto o financiamento e a execução do **Programa “Primeira Infância em Movimento” (PIM)**, iniciativa que se alinha às diretrizes do **Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) 2023–2032**, com vistas à promoção do desenvolvimento psicomotor, cognitivo, emocional e social de crianças de 0 a 6 anos, mediante práticas sistematizadas de estimulação corporal, lúdica e esportiva, inclusive com perspectiva de inclusão.

2.4. O instrumento de convênio estabelece metas específicas, cronograma de desembolso, plano de trabalho e diretrizes metodológicas para sua fiel execução, conforme plano de aplicação de recursos aprovado pelo COMDICA.

2.5. A implementação do programa exige, como etapa inicial e indispensável, a **aquisição de brinquedos e materiais esportivos**, cujas especificações técnicas e funcionais guardam vínculo direto com os objetivos pedagógicos pactuados. A inexecução dessas etapas comprometeria a eficácia das ações previstas, podendo inclusive configurar descumprimento contratual, com repercussões jurídicas, além de afrontar o mandamento constitucional de proteção prioritária à infância e juventude (art. 227, CF/88).

2.6. Nesse contexto, a aquisição de brinquedos e materiais esportivos apresenta-se como uma demanda não apenas estratégica, mas estrutural e imprescindível, pois visa conferir condições materiais adequadas à implementação das atividades previstas no Programa PIM, permitindo o alcance de resultados substanciais nas dimensões pedagógica, social e emocional. Dentre os benefícios esperados, destacam-se:

2.7. A seguir, apresenta-se o quadro síntese dos principais benefícios esperados com a contratação, associados aos grupos de materiais indicados no plano de trabalho:

Eixo de Impacto	Materiais Relacionados	Benefícios Diretos Esperados
Estimulação do Desenvolvimento Integral	Kits de treino de escada, balanços sensoriais, tapetes sensoriais, circuitos de motricidade, painéis táteis	Estímulo à coordenação motora, equilíbrio, percepção sensorial e organização espacial; fortalecimento das conexões neuropsicomotoras essenciais na primeira infância

Eixo de Impacto	Materiais Relacionados	Benefícios Diretos Esperados
Inclusão de Diversidade de Atividades	Bolas com guizo, kits para futebol de cegos, conjuntos de bocha, bambolês, petecas, bolas diversas	Ampliação da acessibilidade, promoção do paradesporto e oferta de experiências inclusivas e adaptáveis a diferentes habilidades e faixas etárias
Atividades Aquáticas Recreativas	Boias, pranchas, brinquedos de banho, acessórios para natação, coletes infláveis	Promoção da socialização, fortalecimento do vínculo afetivo, estímulo à autoconfiança em atividades aquáticas e ampliação do bem-estar físico e emocional
Sustentação Metodológica do Programa	Todos os materiais vinculados às atividades psicomotoras e lúdicas	Garantia da coerência entre metodologia e prática; viabilização da execução do plano pedagógico previsto no PIM; manutenção da qualidade e regularidade das intervenções
Engajamento Participação Familiar	Brinquedos interativos, materiais sensoriais, elementos lúdicos e atrativos	Aumento do envolvimento de pais e responsáveis nas atividades; fortalecimento de vínculos afetivos e criação de ambientes de aprendizado mais participativos e acolhedores

2.8. Portanto, a aquisição desses materiais e equipamentos visa aprimorar significativamente a qualidade dos serviços prestados pelo Programa Primeira Infância em Movimento, garantindo a organização e a eficiência das intervenções, promovendo um ambiente rico em estímulos para o desenvolvimento integral das crianças, e contribuindo para um atendimento mais digno e eficaz às famílias em situação de vulnerabilidade, conforme a missão da Secretaria de Educação e Esportes.

3. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Centro de Referência da Primeira Infância	IRACLEIDE ARAÚJO SILVA LOPES Matrícula nº 55.953-0

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. A presente contratação, ainda que não prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, justifica-se pela necessidade de suporte estratégico à promoção do desenvolvimento psicomotor, cognitivo, emocional e social de crianças de 0 a 6 anos, mediante práticas sistematizadas de estimulação corporal, lúdica e esportiva, inclusive com perspectiva de inclusão. Essa demanda surgiu em virtude da formalização do Convênio nº 009/2025, firmado com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru – COMDICA, com vistas à execução do Programa “Primeira Infância em Movimento” (PIM), iniciativa que se alinha às diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) 2023–2032.

4.2. Nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, admite-se a inclusão de demandas não previstas no PCA, desde que devidamente justificadas e fundamentadas. Nesse contexto, aquisição de brinquedos e materiais esportivos foi avaliada com base em análise técnica que considerou o impacto positivo

esperado na eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Educação e Esportes. A execução do convênio é indispensável para assegurar o cumprimento das metas institucionais relacionadas ao Plano Municipal pela Primeira Infância.

4.3. A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico da Administração, que tem como diretriz aprimorar significativamente a qualidade dos serviços prestados pelo Programa Primeira Infância em Movimento, garantindo a organização e a eficiência das intervenções, promovendo um ambiente rico em estímulos para o desenvolvimento integral das crianças, e contribuindo para um atendimento mais digno e eficaz às famílias em situação de vulnerabilidade, conforme a missão da Secretaria de Educação e Esportes.

4.4. A excepcionalidade da inclusão da demanda fora do PCA foi analisada e justificada nos documentos técnicos que embasam esta solicitação, garantindo conformidade com os princípios previstos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, em especial no que tange à legalidade, economicidade e publicidade.

4.5. A não realização da contratação pode comprometer a execução do convênio, gerando impactos negativos para a Administração, como inadimplência, e prejudicando o atendimento das metas estabelecidas. Assim, a contratação é indispensável para mitigar esses riscos e assegurar a continuidade efetiva dos serviços prestado à sociedade.

4.6. Dessa forma, conclui-se que a presente contratação atende aos requisitos legais e administrativos, sendo plenamente justificável no contexto de planejamento e gestão estratégica da Administração Pública.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Diagnóstico Estratégico e Escolha da Solução Mais Adequada

5.1.1. Ciente de que decisões públicas bem fundamentadas derivam de diagnósticos estratégicos e metodologias consistentes, a Administração empreendeu um levantamento de mercado com o objetivo de definir, com base em evidências concretas, a solução mais adequada para suprir a demanda objeto deste Estudo Técnico Preliminar. O procedimento foi conduzido sob a perspectiva da **triangulação metodológica**, integrando três abordagens complementares, em consonância com as diretrizes previstas no art. 18, §1º, inciso VII, da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

5.1.2. A **(1) primeira** abordagem consistiu na **análise comparativa entre diferentes modelos de atendimento à necessidade identificada**, especialmente no que se refere: (i) à aquisição direta dos materiais por meio de contratação de empresas especializadas no fornecimento de brinquedos e materiais esportivos; e (ii) à alternativa de estabelecimento de parcerias institucionais com entidades públicas ou organizações da sociedade civil, visando à doação dos referidos itens ao Município. A análise ponderou aspectos como grau de controle da execução, prazos de atendimento, regularidade orçamentária, disponibilidade imediata dos itens e previsibilidade logística.

5.1.3. Já a **(2) segunda** frente metodológica consistiu na **pesquisa de contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública**, especialmente nos âmbitos municipal e estadual, com ênfase em iniciativas voltadas à primeira infância e programas socioeducativos com enfoque psicomotor. Essa análise permitiu identificar padrões de contratação já consolidados, fornecedores recorrentes, bem como práticas bem-sucedidas em termos de modelagem contratual, seleção de itens e estruturação do termo de referência.

5.1.4. Por fim a **(3) terceira** e última abordagem, procedeu-se à avaliação das alternativas legais disponíveis para a formalização da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Foram analisadas as seguintes possibilidades: adesão a Atas de Registro de Preços vigentes (carona); utilização de Atas de Registro de Preços próprias do Município; contratação direta por dispensa de licitação (art. 75); realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade pregão eletrônico.

5.1.5. A **convergência analítica entre as três abordagens** empregadas proporcionou uma visão ampliada, técnica e fundamentada do cenário mercadológico, permitindo à Administração optar pela solução mais vantajosa sob os prismas **econômico, técnico, jurídico e logístico**. Constatou-se que a aquisição direta dos itens, por meio de procedimento formal de contratação pública, configura a estratégia mais racional, segura e aderente ao objeto pactuado no convênio em execução, preservando o interesse público e a eficiência na aplicação dos recursos vinculados.

MÉTODO 1 – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PRODUÇÃO INTERNA E CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

5.2.1 No intuito de selecionar a solução que melhor atenda ao interesse público, a Administração procedeu à análise comparativa entre dois modelos possíveis de atendimento à demanda: (i) a **aquisição dos materiais**, mediante procedimento licitatório ou contratação direta devidamente fundamentada; e (ii) o **recebimento dos itens por meio de doação**, resultante da celebração de parcerias com instituições públicas ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

5.2.2. A hipótese de **doação** — ainda que de aparente viabilidade sob o prisma orçamentário — mostrou-se, na prática, operacionalmente limitada, uma vez que depende da existência de entidades com disponibilidade imediata dos itens, capacidade de logística, e compatibilidade técnica dos materiais com as especificações requeridas pelo plano pedagógico do Programa PIM. Além disso, essa alternativa não garante o atendimento integral e tempestivo à totalidade dos itens previstos no Plano de Aplicação de Recursos, podendo gerar descompasso entre o cronograma físico-financeiro do convênio e a execução efetiva do programa, o que ensejaria riscos à prestação de contas, conforme disposto nos arts. 184 e 184-A da Lei nº 14.133/2021.

5.2.3. Ainda que juridicamente possível nos termos da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), o modelo de parceria com OSCs ou entes públicos para recebimento de bens por doação demanda a celebração de novos instrumentos jurídicos, com processos de qualificação, seleção pública, repasse e prestação de contas autônomas, o que **ampliaria prazos, burocracia**

procedimental e riscos de fragmentação da responsabilidade administrativa, em clara oposição aos princípios da eficiência e da economicidade que regem as contratações públicas.

Quadro 1 – Análise Técnica da Modelagem por Doação

Critério	Vantagens Potenciais	Desvantagens Relevantes
Custo Orçamentário	Possibilidade de recebimento gratuito dos itens	Incerteza quanto ao valor efetivo e suficiência dos materiais para atender a totalidade da demanda
Burocracia Jurídico-Administrativa	Dispensa de licitação e contrato administrativo formal	Exigência de chamamento público, análise de qualificação, termo de doação, aditivos e fiscalizações paralelas
Controle de Execução	Dependência de entidade parceira	Fragilidade no controle de prazos, quantidades, qualidade e entregas parciais ou inconstantes
Adequação Técnica	Eventual aproveitamento de doações esporádicas	Risco de incompatibilidade técnica com o plano de trabalho aprovado no convênio
Risco de Inexecução	Dependência da boa vontade e capacidade de terceiros	Elevado – pode comprometer metas físicas, prestação de contas e cronograma do convênio

5.2.4. Por outro lado, a **aquisição direta** dos materiais, mediante contratação com empresas legalmente constituídas e habilitadas, permite não apenas o **pleno controle da execução contratual**, como também assegura **padronização técnica**, aderência aos objetivos pactuados no Convênio nº 009/2025, e o cumprimento tempestivo das metas previstas no plano de trabalho. Essa solução encontra respaldo nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, ao permitir que a Administração disponha dos meios necessários para executar diretamente as obrigações assumidas no convênio, sob sua própria responsabilidade.

Quadro 2 – Análise Técnica da Modelagem por Aquisição Direta por meio da deflagração de procedimento licitatório.

Critério	Vantagens Relevantes	Desvantagens Pontuais
Custo Orçamentário	Executado conforme previsão do Convênio (R\$ 198.812,54)	Demanda liquidação orçamentária e instrução formal da contratação
Burocracia Jurídico-Administrativa	Estruturação via licitação ou dispensa com base no art. 75 da Lei nº 14.133/2021	Requer planejamento detalhado e formalização contratual
Controle de Execução	Administração detém total controle dos prazos, quantidades, qualidade e cronograma	Sujeição a prazos contratuais e eventuais riscos de mercado
Adequação Técnica	Garantia de compatibilidade com as especificações técnicas do Plano de Trabalho	Exige rigor na seleção de fornecedores e análise documental
Risco de Inexecução	Reduzido – administração executa diretamente a aquisição e distribui conforme metas pactuadas	Sujeito a eventuais imprevistos contratuais, com solução jurídica prevista

5.2.5. Ressalte-se que, por se tratar de convênio com objeto específico e valores vinculados, a execução tempestiva do plano pactuado depende da **materialização**

exata das metas previstas, não sendo possível substituí-las por medidas de caráter eventual ou incerto, como doações de terceiros. Nesse sentido, a **aquisição direta dos itens por meio da deflagração de procedimento licitatório é a única alternativa plenamente compatível com o regime jurídico do convênio firmado**, sob pena de inadimplemento institucional e risco de responsabilização pela inexecução ou execução parcial da avença.

5.2.6. Assim, diante das variáveis analisadas — controle, celeridade, qualidade técnica dos produtos, aderência ao plano de trabalho, previsibilidade contratual e segurança jurídica — a **Administração opta, com fundamento técnico e normativo, pela aquisição direta como modelo mais eficiente, eficaz e adequado** ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas no Convênio nº 009/2025.

MÉTODO 2 (POSSÍVEIS ALTERNATIVAS APRESENTADAS PELO MERCADO):

5.3.1. Como etapa complementar do diagnóstico técnico para definição da solução mais eficaz, a Administração realizou um levantamento de contratações análogas conduzidas por outros entes públicos, com o objetivo de identificar os modelos procedimentais e estratégias jurídicas utilizadas para atender demandas similares à que ora se apresenta.

5.3.2. A pesquisa foi realizada por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, utilizando critérios de busca relacionados à aquisição de brinquedos, materiais pedagógicos e instrumentos lúdico-esportivos voltados à infância. A seguir, apresenta-se o quadro sintético das contratações analisadas:

Item	Município/ Órgão	Modalidade escolhida	Objeto	Fonte de Pesquisa
1	Município de Rolim de Moura	Pregão – Eletrônico Edital nº 35/2025	Aquisição com instalação de brinquedos lúdico-pedagógicos e playgrounds	https://pncp.gov.br/app/editais/04394805000118/2025/100
2	Fundo municipal de Assistência Social de Morrinhos - GO	Pregão - Eletrônico Edital nº62/2025	Aquisição de material de distribuição gratuita, doação de brinquedos para crianças do município, assistidas ou não pela secretaria de desenvolvimento social, em datas comemorativas, eventos e ou festividades.	https://pncp.gov.br/app/editais/13716160000183/2025/57
3	Secretaria Municipal de Educação de Capoeiras-PE	Pregão - Eletrônico Edital nº 001/2026	Aquisição de Brinquedos e Jogos Educativos, destinados às unidades de educação infantil e Ensino Fundamental de tempo integral da rede municipal de ensino de Capoeiras/PE, em conformidade com o Plano de Trabalho do Convênio nº 22/2025, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	https://pncp.gov.br/app/editais/31024648000121/2026/2
4	Fundacao Universidade	Pregão - Eletrônico	Fornecimento de materiais esportivos, através do Convênio	https://pncp.gov.br/app/editais/11022597000

	de Pernambuco	Edital nº 3284/2025	nº 928646/2022, visando atender as necessidades do Projeto Santo Amaro da ESEF.	191/2025/11
5	Fundação de Ação Social Curitiba/PR	Pregão – Eletrônico Edital nº 7/2025	Aquisição de brinquedos, inst. musicais e utensílios - permanente	https://pncp.gov.br/app/editais/76568930000108/2025/13
6	Fundo municipal de saúde de Uberaba- MG	Pregão – Eletrônico Edital nº 101/2025	Aquisição de brinquedos e materiais lúdicos destinados ao atendimento psicossocial de crianças e adolescentes nos serviços públicos de saúde do município	https://pncp.gov.br/app/editais/18428839000190/2025/230

5.3.3. Os dados consolidados demonstram que os órgãos e entidades públicas, diante de demandas compatíveis em complexidade e finalidade social, têm adotado majoritariamente a modelagem de aquisição direta por meio de pregão eletrônico, como forma preferencial de atendimento às suas necessidades. Tal solução, além de assegurar economicidade e celeridade processual, proporciona amplo alcance concorrencial, transparência procedimental e padronização técnica dos objetos contratados, em estrita consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

5.3.4. Cabe destacar que a adoção dessa estratégia procedimental revela-se tecnicamente convergente com a solução adotada neste Estudo Técnico Preliminar, reforçando sua aderência a boas práticas administrativas.

5.3.5. Dessa forma, o levantamento realizado corrobora a escolha pela aquisição direta por meio da deflagração de procedimento licitatório como solução mais eficaz, ao demonstrar que esta se alinha aos padrões já consagrados pela Administração Pública em nível nacional, conferindo segurança jurídica, eficiência gerencial e aderência aos compromissos assumidos pelo Município de Caruaru perante o COMDICA no Convênio nº 009/2025.

METODO 3 ENCONTRADAS QUANTO À FORMA PARA A CONTRATAÇÃO

SOLUÇÃO I – Dispensa de Licitação (Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021).

5.4.1. Em um exame preliminar e meramente hipotético, poderia-se aventar a possibilidade de aquisição dos materiais objeto do convênio celebrado (Brinquedos e materiais esportivos) mediante dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta nos casos em que o valor estimado da contratação seja inferior a **R\$ 65.492,11. (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, para compras de bens e serviços comuns, conforme os parâmetros definidos por Decreto Federal vigente. Tal instrumento jurídico, embora legítimo, está condicionado a limites estritos e pressupostos excepcionais, devendo sua utilização ser justificada de forma inequívoca.

5.4.2. Todavia, como bem destaca Marçal Justen Filho, a contratação direta não pode ser compreendida como uma "rota de fuga ao dever de licitar", mas sim como mecanismo residual, a ser utilizado com parcimônia e forte embasamento técnico. Segundo o autor, "a dispensa é exceção que exige rigor técnico e justificção

robusta, sob pena de desnaturação dos princípios norteadores da contratação pública" (JUSTEN FILHO, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2023).

5.4.3. No presente caso, diversos fatores tornam inviável a adoção da dispensa como solução para aquisição pretendida. Primeiramente, a regra geral imposta pelo artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 exige que as contratações públicas se submetam ao devido processo licitatório, assegurando igualdade de condições a todos os concorrentes, transparência, eficiência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Essa diretriz constitucional é reforçada pelo artigo 5º da própria Lei nº 14.133/2021, que consagra os princípios da competitividade, planejamento, eficiência, legalidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa como vetores da atividade contratual pública.

5.4.4. Em segundo lugar, conforme demonstrado nos levantamentos constantes do presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente no quadro de contratações análogas (item 5.3.1), a aquisição em tela demanda a compra de bens permanentes em quantitativo significativo, de natureza padronizada e com recorrência histórica por parte da Secretaria de Educação e Esportes. As cotações de mercado obtidas no mês de Maio de 2026 revelam que o valor estimado ultrapassa substancialmente o limite legal autorizado para a dispensa de licitação, inviabilizando juridicamente essa via.

5.4.5. Importa também destacar que se afasta a modelagem de dispensa de licitação, tanto pela inadequação do critério de valor, quanto pela incompatibilidade com os princípios e exigências inerentes à execução de convênio público.

5.4.6. Por fim, é necessário pontuar que, além da barreira legal, a adoção da dispensa impediria a amplitude da competitividade e o alcance de condições comerciais mais vantajosas, já que limitaria a publicidade do certame e reduziria o universo de possíveis fornecedores. A escolha da proposta mais vantajosa exige um ambiente de disputa transparente e isonômico, que só se efetiva plenamente mediante licitação em modalidade compatível, como o Pregão Eletrônico, instrumento já consolidado e amplamente empregado em contratações dessa natureza.

5.4.7. Em conclusão, **a adoção da dispensa de licitação para a aquisição dos produtos objetos do convênio mostram-se técnica e juridicamente inadequada, tanto por extrapolar os limites legais de valor quanto por contrariar os princípios constitucionais da ampla concorrência, eficiência e economicidade.**

SOLUÇÃO II – Adesão a Ata de Registro de Preços Vigente (Art. 86 da Lei nº 14.133/2021)

5.5.1. A segunda alternativa analisada foi a possibilidade de **adesão a Ata de Registro de Preços (ARP)** gerenciada por outro órgão público, nos moldes do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023. Embora a prática de "carona" seja amplamente utilizada na Administração Pública, sua adoção exige **critérios específicos**, que devem ser rigorosamente atendidos.

5.5.2. Após análise da legislação e regulamentações federais, destacam-se os principais **obstáculos à adoção dessa modelagem**, os quais inviabilizam sua utilização no presente caso:

Quadro – Impedimentos Jurídico-Administrativos à Adesão à ARP

Motivo	Descrição
Vedação para de recursos convênios	A Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 veda a adesão à ARP para aquisições custeadas com recursos de convênios, salvo previsão expressa no instrumento, o que não se verifica no Convênio nº 009/2025 .
Ausência de planejamento prévio	A adesão pressupõe que o órgão gerenciador da ARP tenha estimado a participação de terceiros. Não há indícios de que o Município de Caruaru tenha sido contemplado nesse planejamento prévio.
Desconformidade com exigências técnicas do convênio	As ARPs disponíveis podem não contemplar os itens com as especificações técnicas, finalidades pedagógicas e critérios de execução exigidos no plano de trabalho do convênio.
Limites quantitativos para adesão	O Decreto nº 11.462/2023 impõe limites rigorosos ao quantitativo que pode ser adquirido por adesão, podendo inviabilizar a totalidade da demanda da Secretaria de Educação.

5.5.3. Diante dos fatores expostos, **a adesão a ARP mostra-se juridicamente desaconselhável**, além de operacionalmente incompatível com as especificidades do objeto e do convênio que fundamenta a demanda.

SOLUÇÃO III - Aquisição através da abertura de novo certame licitatório.

5.6.1. A terceira alternativa analisada — e que se revela tecnicamente mais adequada — consiste na realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade Pregão na sua forma Eletrônica, com vistas à aquisição direta dos brinquedos e materiais esportivos necessários à execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Referida modelagem encontra respaldo no art. 6º, inciso XLI, e no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo aplicável às contratações de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme especificações usuais de mercado — condição plenamente atendida no presente caso.

5.6.3. Sob o prisma constitucional, a adoção do procedimento licitatório competitivo observa o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, assegurando isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

5.6.4. Do ponto de vista técnico-operacional, a realização de novo certame licitatório apresenta vantagens substanciais, destacando-se:

- Ampliação da competitividade, com participação de maior número de fornecedores;
- Aderência integral às especificações técnicas do Plano de Trabalho do Convênio nº 009/2025;

- Padronização dos itens e controle de qualidade dos materiais adquiridos;
- Previsibilidade contratual e definição clara de prazos, obrigações e penalidades;
- Mitigação de riscos de inexecução ou fornecimento inadequado;
- Transparência e fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo.

5.6.5. Ademais, conforme levantamento de contratações análogas realizado junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), verifica-se que a utilização do pregão eletrônico constitui prática consolidada para aquisições dessa natureza, reforçando a aderência da solução adotada às boas práticas administrativas.

5.6.6. Justificativa para não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

5.6.6.1. Embora o Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, constitua importante instrumento auxiliar de contratação, sua utilização não se mostra adequada ao presente caso, em razão das características específicas da demanda administrativa.

5.6.6.2. O SRP é recomendado para situações em que há incerteza quanto ao quantitativo a ser demandado, necessidade de contratações futuras e sucessivas, ou fornecimento contínuo e parcelado ao longo do tempo.

5.6.6.3. No entanto, a presente contratação apresenta características distintas, notadamente:

- Definição prévia, precisa e integral dos quantitativos, conforme Plano de Aplicação do Convênio nº 009/2025;
- Demanda pontual e delimitada, voltada à estruturação inicial do Programa PIM;
- Vinculação dos recursos a finalidade específica, com necessidade de execução integral;
- Existência de cronograma físico-financeiro previamente estabelecido.

5.6.6.4. Nesse contexto, a adoção do SRP — cuja essência reside na possibilidade de contratações futuras e facultativas — mostra-se incompatível com a necessidade de aquisição integral e imediata dos bens.

5.6.6.5. Ademais, a utilização do SRP poderia acarretar riscos relevantes à execução do convênio, tais como:

- Execução parcial do objeto, em razão da não obrigatoriedade de contratação do quantitativo registrado;
- Comprometimento do cumprimento das metas pactuadas;
- Riscos à regularidade da prestação de contas;
- Desalinhamento com a natureza vinculada dos recursos públicos transferidos.

5.6.6.6. Importa destacar que, em contratações vinculadas a convênios, a Administração Pública possui o dever de assegurar a execução integral do objeto pactuado, sob pena de responsabilização e eventual devolução de recursos, o que exige modelagem contratual mais rígida e vinculativa.

5.6.6.7. Assim, considerando a natureza certa, previamente quantificada e vinculada da presente contratação, conclui-se que a não adoção do Sistema de Registro de Preços representa medida tecnicamente adequada, garantindo maior eficiência, controle e segurança jurídica.

5.6.6.8. Diante do exposto, conclui-se que a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com definição integral dos quantitativos e execução completa do objeto contratado, constitui a solução mais eficiente, segura e juridicamente adequada para atendimento da demanda, assegurando a plena execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM) e a correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao Convênio nº 009/2025.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos basilares para a presente contratação são divididos da seguinte forma:

6.1. REQUISITOS LEGAIS:

6.1.1. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

6.1.2. Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizado.

6.1.3. Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023 - Regulamenta o artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, no sentido de definir a classificação e o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as necessidades da administração pública municipal.

6.1.4. Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024 – Regulamenta o artigo 18 e os seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

6.1.5. Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023 - Regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Caruaru e dá outras providências.

6.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO

6.2.1. Aquisição de **brinquedos e materiais esportivos**, deverá seguir conforme especificações e quantidades estabelecidas no ANEXO II.

6.3. REQUISITOS TÉCNICOS

6.3.1. Atendimento às especificações contidas na Especificação Técnica contidas na Justificativa e no Termo de Referência, em anexo.

6.3.2. No momento da entrega, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de uso e dentro dos parâmetros legais de validade, que deverá ser de acordo com o Termo de Referência, contados a partir da data de recebimento.

6.3.3. Deverá ser apresentado pela vencedora do certame o CATÁLOGO dos produtos, com indicação das especificações, marca e referência do modelo, que serão adquiridos contendo todas as especificações técnicas pertinentes aos objetos, anexado a proposta de preços;

6.3.4. Os produtos deverão atender aos critérios de aplicabilidade pedagógica, segurança, durabilidade e compatibilidade com as faixas etárias dos estudantes, conforme detalhado nesse estudo e no Termo de Referência.

7. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

7.1. Os quantitativos presentes na futura contratação, foram estimados conforme estabelecido no **Convênio nº 01/2025**, celebrado entre a Secretaria de Educação e Esportes e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru, conforme destaca-se no anexo II do presente estudo técnico preliminar.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

8.1. A estimativa do valor total da contratação será a soma dos valores totais de cada item, tendo por base a quantidade total estimada de cada item e seu preço unitário.

8.2. O custo estimado será apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023.

8.3. Os valores unitários e globais estimados da contratação estão detalhados no Mapa Comparativo de Preços.

8.4. Diante do exposto, após elaboração de Mapa Comparativo de Preços pela Gerência de Compras e Patrimônio da Secretaria de Administração, o custo estimado para **Aquisição de brinquedos e materiais esportivos para a execução do PROGRAMA PIM: Primeira Infância em Movimento, em conformidade ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru**, ora pretendidos, fica na ordem global de **R\$ 51.647,38 (Cinquenta e um mil, seissentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos)**, cuja pesquisa foi realizada no mês de maio de 2026.

9. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

9.1. A solução proposta para a aquisição de brinquedos e materiais esportivos, destinados à execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM), que visa ofertar diversas atividades para crianças de 0 a 6 anos para fins de desenvolvimento motor por meio de atividades psicomotoras físicas, adequadas para cada faixa etária, no Município de Caruaru/PE, é delineada de maneira abrangente e integrada, visando atender às demandas específicas do projeto.

I. Contextualização e Justificativa: A necessidade de estruturar e aprimorar as ações do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM), essencial para o desenvolvimento integral de crianças em situação de vulnerabilidade no município de Caruaru, impulsiona a aquisição de materiais e equipamentos adequados como medida imprescindível. O PIM desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento infantil e no apoio às famílias, destacando a importância de recursos que facilitem as atividades psicomotoras e sensoriais adequadas para cada faixa etária.

II. Especificação Técnica: Os materiais e equipamentos a serem adquiridos, que incluem brinquedos e material esportivo diverso. Cada item apresenta características e funcionalidades que garantem o atendimento às necessidades operacionais do programa.

III. Critérios de Seleção: A modalidade de seleção escolhida será o Pregão em sua forma Eletrônica, com critério de julgamento sendo o **menor valor por item**, em conformidade com as legislações aplicáveis. Este enfoque visa garantir a economia na aquisição, permitindo que os recursos do projeto sejam utilizados de maneira eficaz.

IV. Garantias e Conformidades: As especificações estabelecem que os materiais e equipamentos adquiridos devem atender às garantias previstas na legislação pertinente e às normas técnicas aplicáveis. Além disso, as condições contratuais devem incluir todos os custos associados à aquisição, garantindo uma transação transparente e em conformidade com as regulamentações vigentes.

V. Levantamento de Mercado: Foi realizado um levantamento de mercado criterioso, identificando fornecedores confiáveis, comparando preços, analisando especificações técnicas e considerando condições comerciais. A escolha final será baseada não apenas no aspecto financeiro, mas também na qualidade e adequação dos produtos oferecidos.

VI. Condições de Pagamento e Prazos: As condições de pagamento e os prazos de entrega serão definidos no instrumento contratual, buscando alinhá-los às necessidades operacionais do PIM e garantir uma transação justa e favorável.

VII. Integração com Objetivos do Programa: A aquisição dos materiais e equipamentos está diretamente alinhada aos objetivos do Programa Primeira Infância em Movimento, contribuindo para a estruturação das atividades e fortalecendo as ações de promoção do desenvolvimento integral e do bem-estar das crianças e famílias atendidas.

VIII. **Promoção do Desenvolvimento Integral Infantil:** A aquisição de brinquedos e materiais esportivos para o desenvolvimento psicomotor, sensorial e lúdico, como quebra-cabeças, bolas de sopro, balanços sensoriais e kits de treino de escada, visa proporcionar atividades recreativas e de estimulação para as crianças. Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças, estimulando a concentração, a criatividade e a coordenação, além de promover um ambiente seguro e enriquecedor. A iniciativa também fortalece a integração e o bem-estar da comunidade, criando um espaço de socialização e apoio mútuo entre as famílias atendidas pelo PIM.

9.2. A solução proposta visa não apenas atender às demandas imediatas do projeto, mas também garantir que a aquisição desses materiais e equipamentos seja parte integrante de uma abordagem mais ampla, promovendo a melhoria das condições de vida das famílias assistidas e reforçando o papel do PIM na comunidade como um instrumento de inclusão, formação educacional e desenvolvimento social.

10. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO.

10.1.1. Avaliação Qualitativa dos Riscos Conforme Anexo I.

10.1.2. Gravidade das Consequências.

Observa-se através da Matriz de Risco que há risco maior, pois os produtos, objeto da aquisição pretendida, são imprescindíveis à regular execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM), e sua falta ocasionaria danos diretos à prestação do serviço à população

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação para a aquisição de brinquedos e materiais esportivos, destinados à execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM), proporcionará diversos benefícios, abrangendo aspectos operacionais, de desenvolvimento infantil e institucionais. Os principais ganhos a serem alcançados com essa iniciativa incluem:

- **Modernização e Estruturação do Programa:** A aquisição dos brinquedos e materiais esportivos garantirá a modernização e a adequada estruturação dos recursos do PIM, proporcionando ferramentas mais eficientes e atualizadas para atender às demandas de desenvolvimento infantil na primeira infância.
- **Ampliação e Qualificação dos Atendimentos:** Os materiais e equipamentos permitirão uma ampliação da diversidade e da qualidade das atividades oferecidas pelo programa, aumentando a capacidade de estimulação e acolhimento das crianças e famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.
- **Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados:** Equipamentos adequados e variados contribuirão para melhorar a qualidade das intervenções dos visitantes, garantindo um desempenho mais eficaz das atividades psicomotoras, sensoriais e lúdicas realizadas no âmbito do PIM.
- **Ambiente Estimulante e Adequado ao Desenvolvimento:** A aquisição desses materiais criará um ambiente mais rico em estímulos e propício para as

atividades de desenvolvimento, promovendo o bem-estar e o engajamento das crianças e famílias atendidas.

- **Fomento à Inclusão e ao Paradesporto:** Ao proporcionar materiais específicos para diversas necessidades, incluindo itens de paradesporto, a aquisição reforçará as ações de inclusão, incentivando a participação plena de todas as crianças e garantindo a diversidade nas atividades.
- **Conformidade com Normativas e Legislação:** A aquisição dos brinquedos e materiais esportivos em conformidade com as normas técnicas e a legislação vigente garantirá a segurança e a qualidade dos produtos, cumprindo as regulamentações estabelecidas para o desenvolvimento infantil e atividades esportivas.
- **Eficiência Econômica na Utilização de Recursos:** A busca pelo melhor custo-benefício e um levantamento criterioso de mercado asseguram uma utilização eficiente dos recursos destinados à aquisição, otimizando o investimento público.
- **Alinhamento com Objetivos do Programa e Convênio:** A contratação está diretamente alinhada aos objetivos do Programa Primeira Infância em Movimento, fortalecendo as ações de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância e o alcance das metas do convênio.
- **Transparência e Boas Práticas Administrativas:** O processo de aquisição, baseado em critérios transparentes, demonstra o compromisso da administração municipal com a transparência e a conformidade legal, promovendo a utilização responsável dos recursos públicos.
- **Impacto Positivo na Comunidade:** Os benefícios resultantes da aquisição terão um impacto positivo na comunidade, fortalecendo o papel do PIM como agente de transformação na promoção do desenvolvimento infantil e no apoio às famílias.

11.2. A aquisição proposta não apenas atende às necessidades imediatas de estruturação do programa, mas também contribui para a criação de um ambiente mais acolhedor, estimulante e eficiente, gerando impactos positivos de longo prazo na vida das crianças e famílias assistidas, e na comunidade em geral, promovendo o desenvolvimento integral da primeira infância.

12. PROVIDÊNCIAS ADICIONAIS

12.1. Para assegurar o êxito da contratação algumas providências devem ser adotadas previamente à formalização dos contratos. Essas ações visam preparar a equipe da **Prefeitura de Caruaru** para a execução, gestão e fiscalização dos serviços contratados, garantindo o cumprimento do objeto e a obtenção de resultados alinhados ao interesse público. Portanto, para realização da contratação, faz-se necessário proceder:

- 1. Realizar o levantamento das quantidades necessárias** para garantir a aquisição eficiente dos materiais almejados, de acordo com o convênio retro destacado.
- 2. Pesquisar e definir os itens e recursos mais adequados**, considerando os requisitos técnicos e operacionais para a aquisição.

3. **Solicitar ao setor competente todas as informações necessárias** para a elaboração do planejamento do processo de contratação, garantindo a adequação às necessidades da administração pública.
4. **Realizar pesquisa de mercado** para estimar custos e avaliar o impacto orçamentário da aquisição, assegurando preços compatíveis e vantajosos para a administração.
5. **Solicitar a abertura do processo licitatório** junto à Secretaria de Administração, com o objetivo de formalizar/instaurar processo administrativo para a contratação do fornecedor.
6. **Formalizar a e celebrar contratos administrativos** para assegurar o fornecimento contínuo dos materiais, conforme a demanda e disponibilidade orçamentária.

13. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

13.1. Preliminarmente, sobre a possibilidade de parcelamento do objeto, é sabido que a divisão do objeto deverá ser implementada sempre que houver viabilidade técnica e econômica para a sua adoção. Este é o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que por meio de sua Súmula nº 247 nos traz:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade (...)."**(grifo nosso)**

13.2. Em atendimento ao Art. 18, § 1º inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que preconiza a justificativa para o parcelamento ou não da contratação, e em consonância com o princípio da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, optou-se pelo **parcelamento do objeto em itens**.

13.3. Dessa forma, a classificação do certame será por **ITEM**, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

13.4. A decisão pelo parcelamento encontra respaldo no inciso II e III do §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que trata da possibilidade de fracionamento do objeto da contratação, o qual, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, pode contribuir para ampliar a competitividade e evitar direcionamento ou restrição indevida à

participação de potenciais interessados, em consonância com os princípios da isonomia e da eficiência que regem a Administração Pública.

13.5. Nesse sentido, a interpretação dos Tribunais de Contas tem sido de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre caso a caso, perquirindo-se sobre a viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto. O TCU, no Acórdão nº 732/2008, assim se pronunciou:

"(...) a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

13.6. Assim, a contratação foi **dividida em ITENS** com base em critérios técnicos e pedagógicos objetivos, atendendo ao comando legal de parcelamento sempre que viável e vantajoso, ao mesmo tempo em que se resguardam a **eficiência administrativa** e a **coerência do objeto**.

13.7. Por fim, salienta-se que a entrega desses materiais será feita de forma IMEDIATA, garantindo a conclusão do convênio nº 001/2025, celebrado entre a Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE junto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Não se aplica. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A aquisição pública de brinquedos e materiais esportivos, ainda que classificada como de baixo impacto ambiental imediato, não está isenta de externalidades que merecem análise no âmbito da sustentabilidade, conforme preceitua o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que determina à Administração Pública a observância de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas.

15.2. Dentre os **possíveis impactos ambientais identificados** na cadeia de aquisição e uso dos produtos pretendidos, destacam-se:

- **Geração de resíduos sólidos plásticos**, em virtude do descarte futuro de brinquedos e materiais danificados ou obsoletos;
- **Uso de materiais sintéticos ou de difícil degradação**, sobretudo PVC, EVA, borracha, poliuretano e derivados de petróleo;
- **Consumo de energia e recursos naturais na etapa industrial** de fabricação dos materiais esportivos e brinquedos;
- **Potencial ausência de cadeia reversa ou logística pós-consumo**, dificultando o reaproveitamento ou reciclagem dos materiais ao final de sua vida útil.

15.3. Considerando os riscos apontados, as seguintes **medidas mitigadoras e compensatórias** são recomendadas no bojo do planejamento da contratação:

Quadro – Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Impacto Potencial	Descrição	Medida Mitigadora Recomendada
Resíduos plásticos pós-uso	Descarte de brinquedos e acessórios após desgaste natural ou quebra	Incluir cláusula contratual exigindo que os produtos sejam fabricados com matéria-prima reciclável ou biodegradável , sempre que possível
Inexistência de logística reversa	Ausência de diretrizes para o destino final adequado dos materiais	Priorizar fornecedores que adotem programas de logística reversa ou que se comprometam a receber produtos descartados
Obsolescência precoce	Produtos de baixa durabilidade que aceleram o ciclo de descarte	Incluir requisitos mínimos de durabilidade, garantia estendida e resistência técnica no Termo de Referência
Consumo de recursos naturais	Uso de insumos não-renováveis na produção	Estimular a aquisição de itens com selo de ecoeficiência ou com indicação de reaproveitamento de matéria-prima reciclada

15.4. Ressalta-se que, por se tratar de aquisição de materiais voltados à **primeira infância**, a adoção de práticas sustentáveis também atende ao compromisso ético-pedagógico de promoção da **educação ambiental desde os primeiros anos de vida**, colaborando para a formação de uma cultura cidadã e ecologicamente responsável.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

16.1. Nesse sentido, com base nas informações levantadas, concluímos que o melhor modelo de solução a ser referenciado para a contratação que seguirá, deverá respeitar as conclusões descritas neste ETP, em especial, os requisitos mínimos da contratação e descrição da solução aqui mencionada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Considerando que a presente pretensão contratual está de acordo com as reais necessidades com o Poder Público Municipal, a Secretaria de Educação e Esportes julga como procedente e viável a presente demanda, devendo-se dar prosseguimento à **abertura de Processo Licitatório objetivando a aquisição de brinquedos e materiais esportivos objetivando a execução do PROGRAMA PIM: Primeira Infância em Movimento, que visa ofertar diversas atividades para crianças de 0 a 6 anos, para fins de desenvolvimento motor por meio de atividades psicomotoras físicas, adequadas para cada faixa etária, no Município de Caruaru/PE**, conforme especificações e quantitativos descritos no ANEXO II deste documento.

16.3 Por fim, as questões elencadas no presente estudo estabeleceram critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, preço médio e o princípio da economicidade para a Administração Pública.

Caruaru, na data da assinatura eletrônica

IRACLEIDE ARAÚJO SILVA LOPES

Matrícula nº 55.953-0

Secretaria Executiva da Primeira Infância

ANEXO I - AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

MAPA DE RISCOS							
OBJETO DA CONTRATAÇÃO			Aquisição de brinquedos e materiais esportivos para a execução do PROGRAMA PIM: Primeira Infância em Movimento, em conformidade ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru				
FASE DE ANÁLISE							
FASE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO							
ID	Descrição do Risco	Impacto	Probabili- dade	Nível de Risco	Causas	Consequências	Responsável
R001	Entrega de itens em desacordo com especificações técnicas	Alto	Média	Significativo	Fornecedor inidôneo, ausência de detalhamento técnico ou fiscalização falha	Impossibilidade de uso dos materiais no programa, atraso na execução do convênio e rejeição da prestação de contas	Fornecedor e Fiscal Técnico
R002	Atraso na entrega dos materiais contratados	Médio	Médio	Significativo	Planejamento logístico ineficiente ou desorganização do fornecedor	Comprometimento do cronograma de execução do programa PIM	Fornecedor
R003	Fornecedor vencedor com capacidade técnica insuficiente	Médio	Médio	Significativo	Julgamento por menor preço sem análise da capacidade técnica real	Entrega de produtos de má qualidade ou inadimplência	Comissão de Licitação e Fornecedor
R004	Desatualização ou inadequação do Termo de Referência	Alto	Baixo	Significativo	Elaboração sem participação técnica ou falha no levantamento da demanda	Aquisição de itens inadequados, desperdício de recursos ou baixa efetividade do programa	Setor Demandante
R005	Inexecução parcial do contrato por dificuldade na entrega de itens específicos	Alto	Média	Significativo	Itens de difícil fabricação, baixa disponibilidade ou importação demorada	Entrega incompleta, frustração da execução do plano de trabalho e impacto nos indicadores do convênio	Fornecedor
R006	Reprovação da prestação de contas do convênio	Alto	Média	Significativo	Ausência de comprovação da economicidade ou falha na documentação da execução	Suspensão de repasses, glosa de despesas e responsabilização administrativa	Unidade Gestora do Convênio e Comissão de Execução

AVALIAÇÃO DO RISCO

Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Alto	Alta	Crítico
Médio	Média	Significativo
Baixo	Baixa	Gerenciável

Plano de Prevenção

ID do Risco	Ação de Prevenção
R001	Definir critérios rigorosos de qualidade e especificações detalhadas no TR. Solicitar amostras técnicas.
R002	Estipular cronograma detalhado e cláusulas de penalidade por atraso
R003	Exigir qualificação técnica no edital, com comprovação de fornecimentos similares anteriores
R004	Construção participativa do TR com apoio técnico, revisão prévia e validação pelo controle interno
R005	Planejamento por lotes, exigência de estoque mínimo e mapa de risco logístico no edital
R006	Registro minucioso de todas as etapas da contratação e execução. Arquivamento digital conforme TCE/PE e COMDICA

Plano de Mitigação e Contingência

ID do Risco	Ação de Mitigação	Ação de Contingência
R001	Aplicação de penalidades contratuais e recusa do recebimento dos produtos	Acionar garantia contratual. Substituir por outro fornecedor habilitado.
R002		Reprogramação das atividades do programa com redistribuição de recursos e prazos ajustados
R003	Fiscalização contratual proativa e inspeção de recebimento	Rescisão contratual por inexecução e novo certame emergencial ou convocação do segundo colocado
R004	Ajustes por apostilamento se houver margem contratual	Revisão do processo com novo planejamento e reinício do procedimento
R005	Substituição de item por similar autorizado tecnicamente	Aplicação de sanções e suplementação por novo procedimento complementar
R006	Correções durante a execução com apoio da assessoria jurídica e contábil	Recurso administrativo, ajustes em plano de trabalho ou devolução parcial dos recursos não justificados

ANEXO II - DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS PRODUTOS

Item	Descrição	Unid.	Qntd.
1	KIT treino funcional(-Escada de agilidade, 2mts de comprimento, e largura de 45cm, com 07 degraus; Fitas laterais polimida; -08cones demarcatórios furados, com 23cm de altura, em polipropileno colorido;- 08 pratos demarcatórios, com 19cm de diâmetro de base, e altura de 5cm, em polipropileno colorido; -Barreiras de agilidade, com 90cm de comprimento em madeira.)	KIT	34
2	Jogo de Correspondência (-Animais de silicone, tam. 1,6cm à 3,8cm, coloridos; -Pinça e pratos de plástico)	UND	34
3	Linha de Movimento nº 1 (-68 peças confeccionadas em madeira e arcos plásticos)	UND	4
4	Amarelinha colorida (-Tapete em EVA 13 peças, tam. 29cmx29cmx8mm)	UND	34
5	Jogo das Cores (-Conjunto de anéis de arcos-iris, em madeira (classificação das cores)	CONJ	34
6	Corda de pular (-Polipropileno de 6mm, cabo plástico, sistema giratório)	UND	10
7	Bambolê (-Plástico, com 65cm de diâmetro colorido)	UND	340
8	Brinquedos para banho (-Animais de borracha para piscina, coloridos de 3cm à 6cm)	PCT	20
9	Tachiuwa (-Material ABS,conjunto de mergulho em forma de anéis torpedo e plantas)	KIT	2
10	Boia de braço(-Tamanho único, infantil, inflável, cores sortidas)	UND	10
12	Caixa de lenços sensoriais (-Tecidos translúcidos, propriedade amassável, produz som, tam. 7,5cm à 8,5cm)	UND	34
13	Bolinhas para piscina (-Kit com 100 unidades coloridas de plástico)	PCT	34
14	Kit Natação Infantil (-Óculos e toca de natação infantil)	KIT	20
15	Prancha de Natação (-AMS EVA 40cmx27cm, com 30mm de altura)	UND	20
16	Colete flutuador infantil (-Tamanho único, infantil de náilon)	UND	20
17	Espelho Terapêutico Divertido Pró-Fono (- Dimensões 27cm x 18cm x 12 cm, 01 vermelho e 01 azul)	UND	2
18	Conjunto de Jogo Montessori Flutuante para Piscina (- Jogo de arremesso de bolas e anéis, em EVA, com 33cm de comprimentos X 30cm de largura; 12 círculos de arremesso ; 12 bolas em plástico com 4cm de diâmetro, 03 hastes verticais.)	UND	2
19	Conjunto números flutuantes (-kit em EVA, números de 0 à 9, dimensão 11cmX7cmX1,5cm)	CONJ	2
20	Conjunto argolas flutuantes (-Em EVA ou plástico resistente, 11cmX40cm de largura)	CONJ	2
21	Cama elástica recreativa (-Pula infantil 2,34mts de diâmetro X 1,75mts de Altura)	UND	2
22	Tapete flutuante terapêutico(-Dimensão média de 5,50mtsX1,85mts de espuma)	UND	2
23	Kit Futebol para cegos (- Uma bola com guizos; - 08 vendas, (04 vermelhas e 04 pretas))	KIT	2

24	Kit Balé infantil (- 01 Colante regata; - 01 saia transpassada; - 01 rede de coque; - 01 faixa de cabeça; -01 par de meia fiolo; (todo o kit cor padrão rosa); 01 par de sapatilhas pretas,OBS.: ENVIAR OS TAMANHOS DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA DE 02 à 03 ANOS)Somente será possível determinar os tamanhos com a turma.	KIT	30
25	Bola para pilates 75 (-Diâmetro de 75cm com bomba GYMBALL, cor Roxa)	UND	34
26	Kit de Elástico de Treino (-kit com 20 itens de 1metro, com alça)	KIT	2
27	Bola para pilates 25 (-Diâmetro 25cm, em PVC alta qualidade)	UND	34
28	Caixa De Som Amplificada Bluetooth Grande Potencia 2000 Pmpo 10w Saida Entrada Com 2 Microfone Sem Fio Karaoke	UND	2



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D99B-9AC2-950C-32E7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IRACLEIDE DE ARAÚJO SILVA LOPES (CPF 355.XXX.XXX-10) em 15/05/2026 14:27:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/D99B-9AC2-950C-32E7>